

EMENDA Nº  
(ao PLP 175/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 10; e suprimam-se os incisos VIII a XXVII do *caput* do art. 10 do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 10.** São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica para execução de emendas parlamentares, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo federal:

- .....
- VIII – (Suprimir)
  - IX – (Suprimir)
  - X – (Suprimir)
  - XI – (Suprimir)
  - XII – (Suprimir)
  - XIII – (Suprimir)
  - XIV – (Suprimir)
  - XV – (Suprimir)
  - XVI – (Suprimir)
  - XVII – (Suprimir)
  - XVIII – (Suprimir)
  - XIX – (Suprimir)
  - XX – (Suprimir)
  - XXI – (Suprimir)
  - XXII – (Suprimir)
  - XXIII – (Suprimir)
  - XXIV – (Suprimir)
  - XXV – (Suprimir)
  - XXVI – (Suprimir)
  - XXVII – (Suprimir)
- .....”

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de lei Complementar 175/2024 elenca 27 hipóteses de impedimentos técnicos para a execução de emendas parlamentares. Trata-se de reprodução do artigo 4º da Portaria Conjunta dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento e Secretaria de Relações Institucionais, editada em 1º de abril de 2024.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 já prevê 7 hipóteses em que se impõe o impedimento. Ao mesmo tempo, delega ao Poder Executivo a possibilidade de complementar a norma caso se identifique essa necessidade. Esse caminho nos parece mais adequado pois evita engessar em Lei Complementar, que requer quórum qualificado para a sua aprovação, situações que podem ser ajustadas por mera portaria.

O objetivo desta emenda é dispor em lei complementar apenas os casos já consagrados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, deixando ao Poder Executivo a possibilidade de editar regulamentos posteriores.

Sala das sessões, 11 de novembro de 2024.